



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



DEMÉTRIO DE JESUS TIAGO

O PAPEL DO ESTADO NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE:

Desafios e perspectivas

GOIÂNIA-GO

2025

DEMÉTRIO DE JESUS TIAGO

O PAPEL DO ESTADO NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE:

Desafios e perspectivas

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério José da Costa.

GOIÂNIA-GO

2025

O PAPEL DO ESTADO NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE:
Desafios e perspectivas

THE ROLE OF THE STATE IN PREVENTING AND REPRESSING CRIME:
Challenges and perspectives

Demétrio de Jesus Tiago¹

Rogério José da Costa²

Resumo

A Polícia Militar é considerada uma importante instituição de segurança pública responsável pela prevenção e repressão da criminalidade. Por meio de suas atribuições, os policiais militares atuam através de meios ostensivos e coercitivos para que o Estado e a sociedade possam ser devidamente protegidos. Partindo desta perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa é abordar o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção e repressão da criminalidade, identificando os principais desafios enfrentados e apontando possíveis perspectivas para a melhoria da segurança pública no Brasil. A metodologia empregada consiste em um estudo de caso realizado por meio da aplicação de questionários destinados à policiais militares do estado de Goiás. Os resultados apontaram que a polícia vem superando uma imagem truculenta por meio de uma aproximação com a sociedade. Desta forma, cada vez mais tem se priorizado por ações mais eficazes por intermédio de uma colaboração mútua com a comunidade.

Palavras-chave: Criminalidade; Estado; Goiás; Polícia Militar.

Abstract

The Military Police is considered an important public security institution responsible for preventing and suppressing crime. Through their duties, military police officers act through overt and coercive means to ensure the proper protection of the State and society. From this perspective, the overall objective of this research is to address the role of the State in formulating and implementing public policies aimed at preventing and suppressing crime, identifying the main challenges faced and highlighting potential prospects for improving public security in Brazil. The methodology employed consists of a case study conducted through the administration of questionnaires to military police officers in the state of Goiás. The results indicated that the police have been overcoming a truculent image through closer ties with society. Thus, more effective actions through mutual collaboration with the community are increasingly prioritized.

Keywords: Crime; State; Goiás; Military Police.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Programa de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão em Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: demetriodejesus1994@gmail.com. Telefone: (62) 99942-1994

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em xxxxxxxxx e Especialista em Email: xxxxxxxxx@gmail.com. Telefone: (62)99999-9999.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública no Brasil é constantemente discutida em virtude das amplas demandas que surgem e resultam em ações operacionais. Neste cenário, o Estado atua em conformidade com os interesses da população promovendo a ordem social através da ação dos agentes públicos. Nesta perspectiva, o Estado por meio da ação policial passa a representar duas vertentes onde a primeira versa que o mesmo exerce um papel essencial na redução da criminalidade através da repressão e prevenção.

Em outro panorama, há um determinado conflito decorrente das críticas de que o Estado atua com violência desconsiderando, em muitas situações, os direitos fundamentais do cidadão. Esta crítica advém da difusão de um modelo militar que limita a participação da população e atua de maneira repressiva em casos específicos. Apesar disso, através de condutas específicas, a polícia pode alcançar a aproximação da população reestabelecendo assim, a criação de vínculos de confiança (FERNANDES, 2021).

De acordo com Lima e Colveiro (2017), embora o período da ditadura militar tenha ficado para trás, ainda existem problemas voltados à necessidade de democratização das instituições formais responsáveis pelo controle social. Dentre as quais encontram-se as polícias que possuem uma grande relevância na promoção da segurança pública. Por conseguinte, a frequência com que crimes e ações violentas ocorrem diariamente demonstra a necessidade de que se possa promover uma discussão mais profunda. Desta forma, a problemática desta pesquisa se estabelece pela seguinte questão: quais os principais desafios e perspectivas na atuação do Estado diante da segurança pública?

De maneira geral, a compreensão do poder do Estado no controle social é uma importante forma de entender também o seu papel na prevenção e repressão da criminalidade. Através das constatações acerca do papel que o Estado exerce diante da segurança pública é possível alcançar uma importante reflexão sobre o impacto das políticas de segurança pública adotadas nos dias atuais.

Abordar este tema é de suma relevância para compreender a dinâmica da segurança pública atualmente, a efetividade das políticas públicas implementadas pelo Estado. Trazer este assunto é uma forma de contribuir para novas possibilidades e identificar através de situações práticas as principais mudanças que podem ser implementados com o intuito de aprimorar a segurança pública. Desta forma, esta pesquisa se justifica pela necessidade de proporcionar uma análise efetiva sobre o papel do Estado neste processo.

Com base nisso, o objetivo geral consiste em abordar o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção e repressão da criminalidade, identificando os principais desafios enfrentados e apontando possíveis perspectivas para a melhoria da segurança pública no Brasil. Para tanto, os objetivos específicos são: compreender o poder do Estado no controle social; identificar o papel do Estado na promoção da segurança pública; identificar os desafios e perspectivas tendo por base o trabalho da Polícia Militar do Estado de Goiás.

A pesquisa possui como metodologia, um estudo de caso que buscou a percepção de profissionais que atuam na segurança pública. A amostra é composta por policiais militares do Estado de Goiás e o instrumento de coleta de dados trata-se de um questionário. A finalidade através desta metodologia é compreender, com base na perspectiva dos policiais, quais os desafios encontrados o papel do Estado na segurança pública atualmente, pesquisa em questão encontra-se estruturada em resumo, introdução, revisão teórica, resultados, discussão e considerações finais. Por fim encontram-se as referências bibliográfica que constituíram o aporte teórico deste estudo.

2 REVISÃO TEÓRICA

O controle do Estado trata-se de um importante componente para a manutenção da ordem e da paz social. Por meio de suas atribuições, o Estado usufrui de um conjunto de recursos que podem ser aplicados com o intuito de promover o bem-estar da sociedade. São materiais e símbolos que contribuem para que a população possa se pautar em princípios que dão origem às leis. A finalidade do controle social é minimizar o risco de conflitos sociais por meio da cooperação dos indivíduos que compõe cada comunidade e estão submetidos ao controle do Estado mantendo uma determinada dominação social (BOUDON; BOURRICAUD, 1993)

A busca pelo equilíbrio através do controle social por vezes é alcançada através dos meios coercitivos do Estado. Este processo busca enfatizar o comprometimento individual e coletivo com os valores que regem a sociedade. Embora o controle social possa parecer uma eficaz medida para promover a segurança pública, existem diversos questionamentos que buscam ressaltar a insuficiência dos recursos adotados para que se possa obter a segurança almejada. Apesar de o controle social ser essencial para o bem comum, a cooperação da sociedade, de maneira integral, é um instrumento complexo de se obter (COHEN; SCULL, 1985)

Para que este controle social possa ser alcançado sem que seja necessário o emprego de recursos coercitivos, é importante uma clareza coletiva. A percepção individual não é suficiente para que o controle social possa ser obtido visto que a resistência da sociedade é um amplo obstáculo para este processo. Apesar disso, a organização tende a contribuir para que o controle social aconteça visto a resolução de conflitos e questões centrais da sociedade ainda é prioridade para a maior parte da população (COHEN; SCULL, 1985)

Quando o controle social pelo Estado se dá de maneira espontânea e colaborativa é possível proporcionar à população experiências significativas no âmbito da segurança pública através de sua postura voluntária e contributiva que permitem uma nova abordagem. Para tanto, deve-se buscar entender os motivos pelos quais o Estado ainda se depara com a resistência da sociedade para que se possa implementar um trabalho efetivo e através destes desenvolver estratégias que estimulem um comportamento mais colaborativo (SOUZA, 2023)

Através desta nova perspectiva é possível que a conduta coercitiva do Estado possa vir a ser superada dando lugar para uma atuação mais estratégica. É importante ressaltar que além da resistência da sociedade em colaborar, ainda existe uma postura mais conservadora e fundamentada no militarismo por parte dos profissionais que também limita a possibilidade de aproximação e consequentemente de colaboração. É necessário que o Estado possa avaliar a forma como lida com diferentes conflitos sociais e através disto estimular a democratização da tomada de decisões proporcionando uma maior participação popular (ALVAREZ, 2014)

Por muito tempo, as forças policiais foram consideradas apenas recursos coercitivos do Estado. Esta constatação decorre do período que compreendeu o regime militar em que as ações incisivas que tinham como objetivo de promover o controle do Estado resultaram em uma imagem negativa nas corporações. A truculência exercida neste o período resultou no afastamento entre a sociedade e a polícia gerando maior resistência acerca do controle social imposto pelo Estado que na época ocorria através de punições severas e exemplares daqueles que ousavam ir contra a ideologia em vigência (SOUZA, 2023)

Diante disso, é importante que esta imagem possa ser superada e que o Estado possa ser visto como um recurso que visa promover a ordem social e não o domínio efetivo da sociedade. Apesar da existência de casos isolados de abusos e excessos cometidos pelas forças policiais, é importante compreender ainda, que o controle social se fundamenta pelo equilíbrio e ponderação nos dias atuais. Desta forma, a colaboração da sociedade é um importante instrumento para que o Estado possa exercer o controle social de maneira efetiva proporcionando uma segurança pública de qualidade para todos.

2.1 O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é percebida como um amplo sistema composto por diferentes atores que atuam com a finalidade de alcançar a ordem social e com isso promover um maior bem-estar para a população. A delimitação da segurança pública não se fundamenta pelos conceitos de repressão e prevenção da criminalidade visto que se trata de uma abordagem mais ampla onde se busca uma maior qualidade de vida através do bem comum.

É essencial que a segurança pública possa ser entendida como um elemento que permite que os direitos fundamentais possam ser usufruídos pelo cidadão de maneira integral. Com isso, é possível proporcionar uma maior compreensão do papel do Estado quando se remete ao controle social que se reflete na busca pelo bem-estar da população assim como na sua qualidade de vida. De maneira geral a segurança pública se contextualiza através de uma ampla gama de componentes estruturais que incidem na tutela do Estado (OLIVEIRA, 2013).

A segurança pública enquanto papel do Estado não se encontra condicionada à elementos individuais. Trata-se, portanto, de questões que se manifestam na coletividade e geram informações que serão analisadas com a finalidade de proporcionar a implementação de políticas de segurança pública. A aceitação da representação que o Estado possui na promoção da segurança pública contribui para que os principais conflitos sociais possam ser abrangidos por estratégias específicas que visem superá-los contribuindo para o reestabelecimento da ordem social (DIAS NETO, 2005).

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu texto a contextualização da segurança pública por intermédio da responsabilidade de cada agente ou órgão ao qual pertence conforme é possível observar em seu artigo 144:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- VI - polícias penais federal, estaduais e distrital (BRASIL, 1988).

Diante da contextualização apresentada pela Carta Magna percebe-se a amplitude dos órgãos que atuam com a finalidade de promover a segurança pública. A finalidade primordial da atuação do Estado no âmbito da segurança pública consiste na necessidade de que práticas ilícitas

que lesem a ordem social possam ser coibidas. Deve-se com isso, resguardar a integridade social em todos os aspectos, seja na segurança individual seja no âmbito coletivo (SOUZA, 2023).

Embora esta perspectiva se mostre promissora, existem fatores que dificultam que as ações de segurança pública possam ser integralmente empregadas. Logo, entender como se dá a atuação direta do Estado através das forças policiais na prevenção e repressão da criminalidade é essencial para entender os desafios que limitam que a segurança pública possa alcançar resultados mais significativos.

2.2 A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO COMBATE À CRIMINALIDADE

O Estado por meio de seus agentes, atua com o objetivo de promover a prevenção e repressão à criminalidade. Para tanto, são delineadas estratégias que se direcionam às ações específicas de acordo com cada órgão da segurança pública. No âmbito da Polícia Militar, é fundamental ressaltar que dentre as ações realizadas o trabalho ostensivo é a principal ferramenta no combate à criminalidade. Este modelo de atuação se dá por meio da presença policial em locais estratégicos ou através de patrulhamento em áreas críticas (SANTOS; OLIVEIRA, 2022).

A atuação da Polícia Militar é realizada por meio do uso de fardas que permitem uma rápida identificação, armamento visível, deslocamento através de veículos caracterizados, entre outros. O trabalho ostensivo nos últimos anos tem sido desenvolvido com o intuito de minimizar os riscos de uma atuação letal da polícia. Com isso, o combate da criminalidade se dá na maior parte das vezes por meio da prevenção mediada pela presença de policiais em locais sujeitos à presença de criminosos e consequentemente, vulneráveis à diferentes práticas ilícitas.

De acordo com Sinhoretto *et al.* (2020), as condutas policiais tem se mostrados mais brandas e menos lesivas. Isto é resultado de diferentes estudos que se direcionaram à busca das informações referentes à resistência da população ao controle social. A superação do distanciamento decorrente do período militar foi o ponto de partida para que a polícia pudesse se aproximar da população e com isso reestabelecer os vínculos de confiança.

Muniz *et al.* (2018), por sua vez, ressaltam que as mudanças no modelo de atuação foram ocorrendo de maneira progressiva levando em conta a receptividade da população a este novo modelo. A realização de patrulhamento em locais estratégicos, a presença policial em eventos e espaços públicos e realização de operações voltadas a permanência de policiais por tempo indeterminado em lugares críticos foram apenas algumas das estratégias adotadas com a finalidade de promover uma ação mais incisiva na prevenção e repressão da criminalidade nos últimos anos.

De acordo com Nascimento e Nascimento (2018), através da habilidade de analisar comportamentos que podem ser considerados suspeitos assim como a identificação do padrão de atuação de criminosos a polícia possui as ferramentas necessárias para que a prática delituosa possa ser repreendida antes mesmo que aconteça. São aspectos que se fundamentam na prevenção e na definição de estratégias que permearão as condutas dos profissionais de acordo com seu conhecimento técnico.

A busca por recursos mais efetivos e menos lesivos levou a polícia a adotar o modelo ostensivo. Com isso, houve uma significativa mudança de paradigmas em que a atuação dos policiais não se fundamentava mais na necessidade de combater diretamente o crime, mas sim de preveni-lo fica evidente que as ações policiais ganham uma nova perspectiva que está relacionada à cooperação da população (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018).

De acordo com Costa e Lima (2014), uma importante forma de obter um trabalho articulado com a população está na democratização do acesso às estratégias de segurança pública. Ao compreender a importância de seu papel na segurança pública, a população tende a participar de maneira mais ativa fornecendo informação, apresentando denúncias entre outras. Através da democratização que requer ainda a participação popular na tomada de decisões sobre a segurança pública local, é possível promover uma transformação na imagem que a população possui acerca da polícia.

De acordo com Silvestre (2018), para que estas transformações possam acontecer no decorrer do tempo é necessário que não apenas a população possa superar seus paradigmas, mas também os próprios profissionais que possuem dificuldade em receber a população como parte ativa da segurança pública. É necessário que se possa superar o modelo de polícia truculenta e promover a ideia de um trabalho integrado entre as forças de segurança pública e a população.

3 METODOLOGIA

O estudo de caso foi escolhido como metodologia para que esta pesquisa pudesse ser concretizada. A busca por alcançar o objetivo geral que consiste em abordar o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção e repressão da criminalidade, identificando os principais desafios enfrentados e apontando possíveis perspectivas para a melhoria da segurança pública no Brasil proporcionou a percepção da importância de compreender este processo de maneira prática.

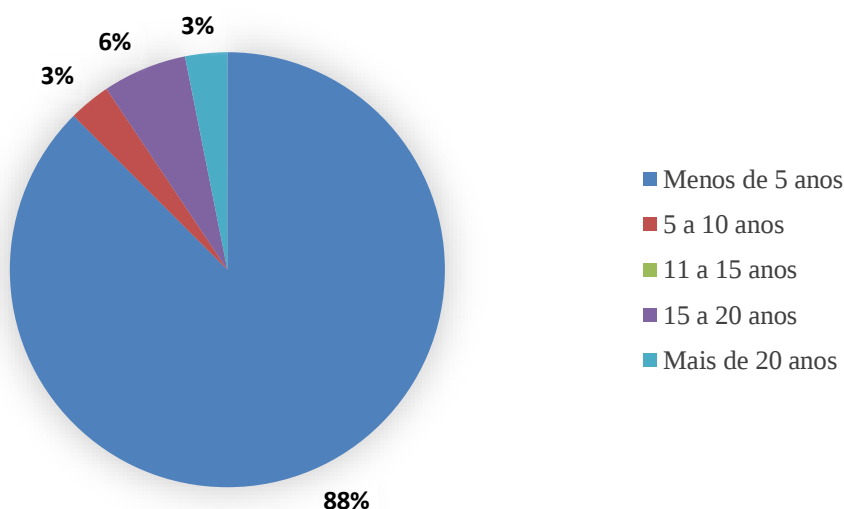
Para tanto, foram encaminhados questionários formulados através do *Google Forms* compostos por 10 questões fechadas para policiais militares da ativa no Estado de Goiás. As perguntas se direcionaram especificamente à compreensão dos policiais, com base em sua rotina de trabalho, sobre o papel do Estado na segurança pública de acordo com os desafios e perspectivas que podem ser encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista a metodologia escolhida, foi gerado o link pelo Google Forms onde os pesquisados poderiam acessar pelo próprio celular de maneira mais prática e eficiente. Do total de policiais militares aos quais foram encaminhados os links, foram obtidos 32 questionários devidamente preenchidos. As repostas foram quantificadas, tabuladas e transferidas para gráficos formato pizza com o intuito de demonstrar de maneira mais clara a percepção destes profissionais sobre o tema abordado.

A análise dos resultados se deu por meio de uma perspectiva quantitativa e qualitativa onde os resultados puderam ser entendidos tanto sob a ótica dos policiais militares pesquisados quanto sob a visão de autores e estudiosos da área. Com isso, os resultados puderam promover uma clara reflexão sobre o papel do Estado na prevenção e repressão à criminalidade, os principais desafios e perspectivas encontrados, conforme é possível observar a seguir:

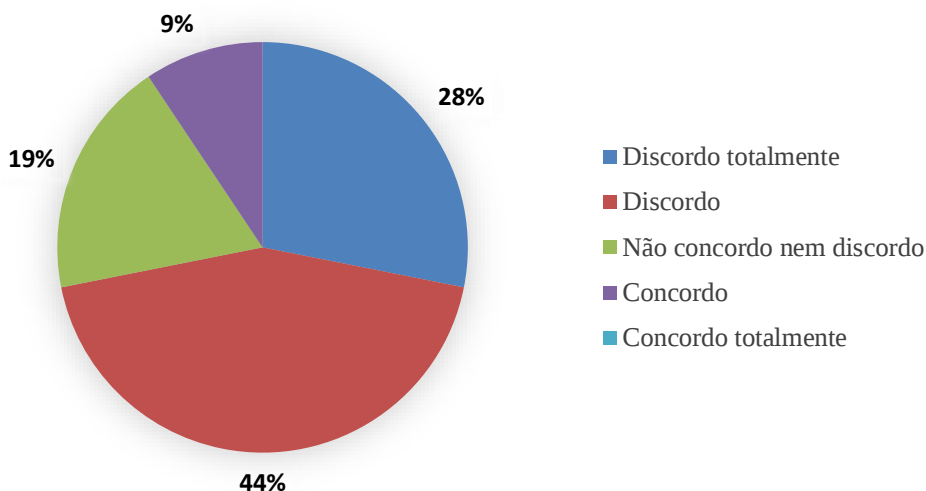
Gráfico 1. Há quanto tempo está na Polícia Militar do Estado de Goiás?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico 1 visa apontar o tempo de serviço dos pesquisados na Polícia Militar do Estado de Goiás. A finalidade é identificar o tempo de vivência destes profissionais na rotina policial. Do total, 88% estão na polícia há menos de 05 anos, já 3% entre 5 a 10 anos, 6% entre 15 a 20 anos e 3% há mais de vinte anos. Percebe-se que a maior parte da amostra passou a compor a corporação há pouco tempo.

Gráfico 2. Apesar do tempo decorrido do regime militar, em sua opinião, a Polícia Militar ainda é considerada uma força de segurança truculenta nos dias atuais?

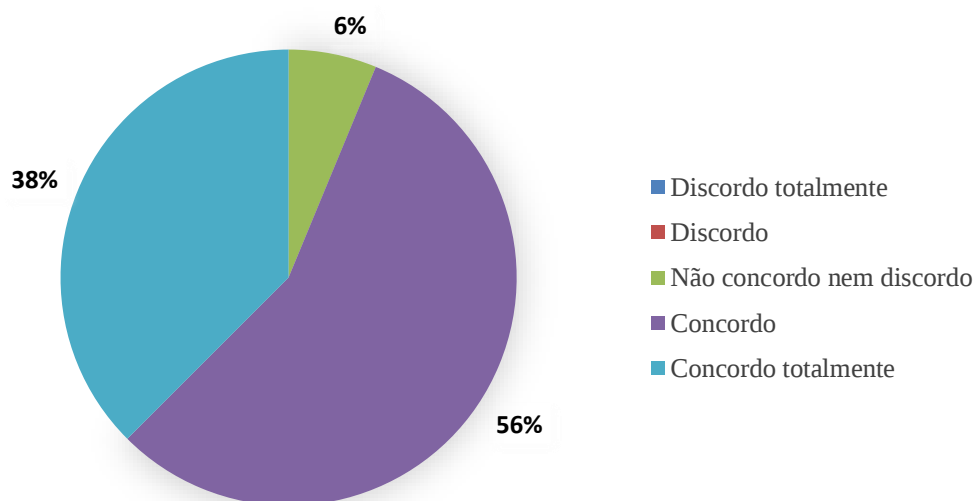


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Sobre a truculência da Polícia Militar, percebe-se que 44% discorda desta postura enquanto 28% discorda totalmente, 19% não concorda nem discorda e 9% concorda. Esta percepção demonstra que para os policiais pesquisados, a polícia está superando a imagem truculenta decorrente do tempo da ditadura militar.

Conforme apontou Souza (2023), o modelo truculento empregado nesta época resultou em um afastamento entre a polícia e a população. Superar esta visão é uma importante forma de alcançar uma maior proximidade e consequentemente colaboração e diálogo com a comunidade.

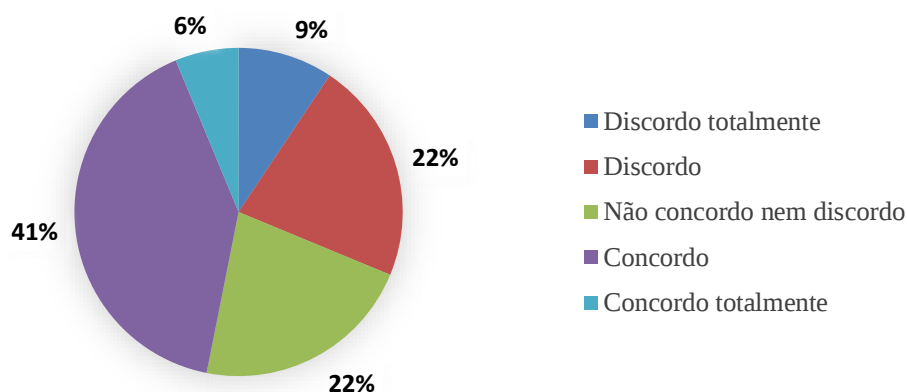
Gráfico 3. Tendo em vista a filosofia de policiamento comunitário que surgiu nos últimos anos, o sr(a) considera a aproximação da Polícia Militar com a comunidade uma estratégia eficaz na prevenção e repressão da criminalidade?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Acerca do policiamento comunitário, o gráfico 3 demonstra que 56% dos policiais pesquisados concorda enquanto 38% concorda totalmente que esta filosofia permite a aproximação da polícia com a comunidade e que esta, é uma estratégia eficaz para que se possa alcançar uma maior eficácia na prevenção e repressão da criminalidade. Do total, 6% não concorda nem discorda. Fernandes (2021) ressaltou que este processo pode gerar uma maior vínculo de confiança entre a população e a Polícia Militar.

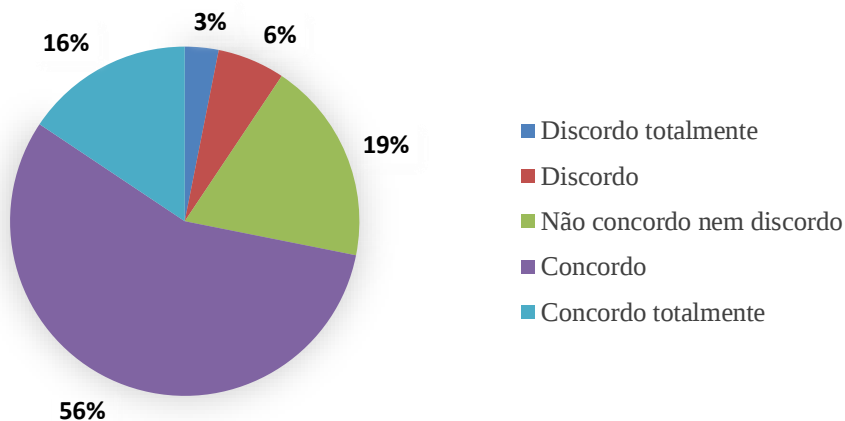
Gráfico 4. Nos dias atuais, ainda é possível identificar entre os profissionais uma certa resistência na aproximação com a comunidade?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico 4 demonstra que 41% concorda ainda existe, entre os próprios profissionais, uma resistência à aproximação da população. 22% discorda e também 22% não concorda nem discorda, 9% discorda totalmente e 6% concorda totalmente. Embora Souza (2023) tenha ressaltado a resistência da população em promover um trabalho colaborativo, é fundamental entender o motivo pelos quais esta resistência também pode advir dos próprios policiais.

Gráfico 5. De acordo com sua opinião os recursos coercitivos que ocasionalmente são empregados pelo Estado, nos dias atuais, são eficazes na obtenção da ordem social?



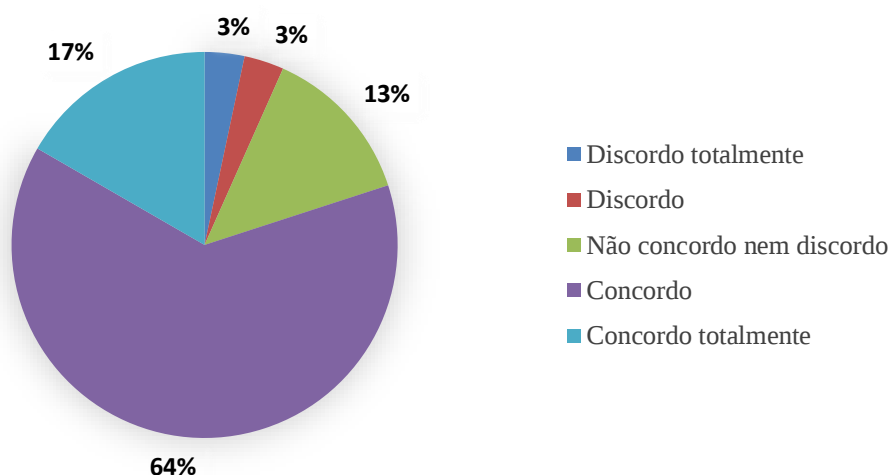
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico 5 tem como finalidade abordar se os recursos coercitivos empregados na atualidade são eficazes na obtenção da ordem social. Conforme é possível observar os resultados, 56% concorda e 16% concorda totalmente acerca da eficácia destes recursos. 19% não concorda nem discorda, 6% discorda e 3% discorda totalmente. É importante considerar que para a maioria dos policiais militares pesquisados, os recursos empregados pelo Estado são suficientes.

Sobre esta abordagem, Cohen e Scull (1985) ressaltaram a importância de que os recursos coercitivos pudessem ser adotados pelo Estado como forma de promover o controle social. O que se percebe é que inicialmente o uso destes recursos consistia em uma atuação mais truculenta com a finalidade de obter uma maior colaboração da sociedade. Com o decorrer do tempo, este modelo de atuação passou a ser superados em decorrência da resistência da população às ações violentas.

O resultado disso, foi o desenvolvimento de estratégias de policiamento que superassem essa imagem negativa da corporação e pudessem reaproximar a polícia da comunidade para que assim se pudessem desenvolver um trabalho voltado à cooperação e diálogo. A adoção da filosofia de policiamento comunitário se mostrou o primeiro passo para que fosse possível promover uma maior confiança nas políticas de segurança públicas implementadas.

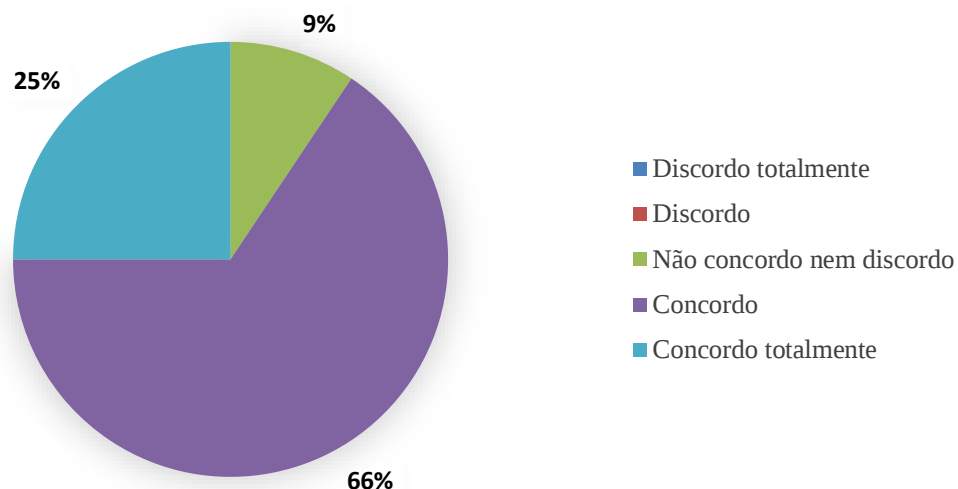
Gráfico 6. Em seu entendimento, o trabalho preventivo realizado pela Polícia Militar tem atendido as expectativas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico 6 demonstra que 59% concorda e 22% concorda totalmente que o trabalho preventivo tem atendido as expectativas da população. Do total, 13% não concorde nem discorda enquanto 3% discorda e também 3% discorda totalmente. Conforme apontaram Nascimento e Nascimento (2018), este trabalho preventivo é realizado por meio de habilidades dentro do policiamento ostensivo onde a polícia se mostra presente e atuante em determinados locais e situações.

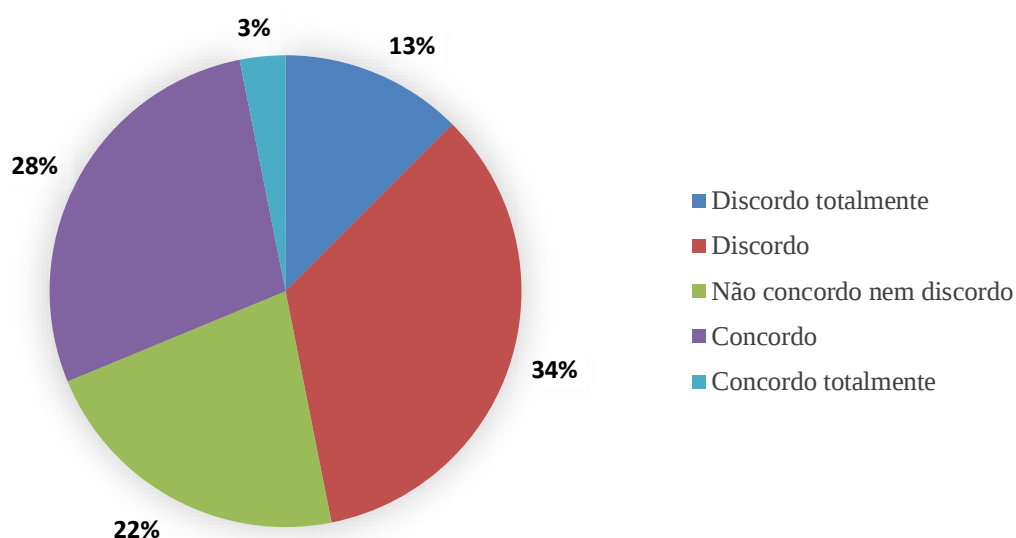
Gráfico 7. O trabalho ostensivo que se dá pela presença policial e outros recursos inerentes a este modelo de atuação tem apresentados resultados positivos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Sobre a atuação policial de maneira ostensiva, 66% concorda enquanto 25% concorda totalmente que se tem alcançado resultados positivos por meio deste modelo de atuação. Apenas 9% não concorda e nem discorda. Os autores Santos e Oliveira (2022) abordam o trabalho ostensivo como a principal ferramenta através da qual a Polícia Militar combate à criminalidade nos dias atuais.

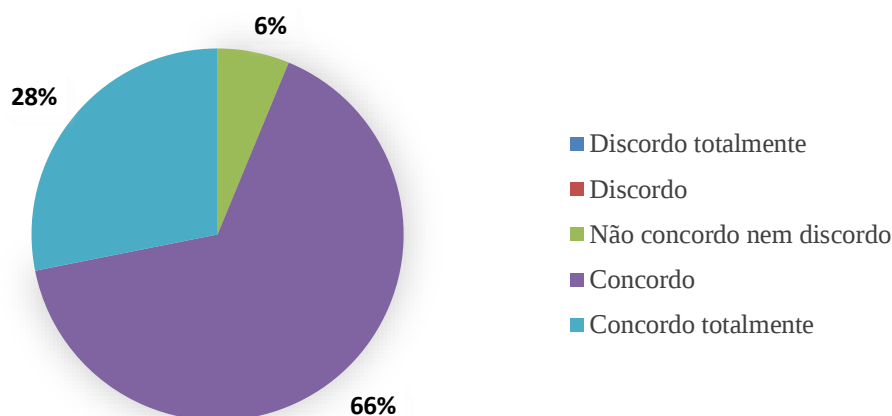
Gráfico 8. Em sua opinião, uma atuação menos lesiva e mais branda pode contribuir para a eficácia das ações policiais?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico 8 aponta a percepção dos pesquisados sobre a atuação menos lesiva e mais branda. Os resultados demonstram que 34% discorda deste modelo enquanto 28% concorda. 22% não concorda nem discorda, 13% discorda totalmente e 3% concorda totalmente. Embora um percentual significativo discorde de suas contribuições Sinhoretto *et al.* (2020), ressaltou que uma postura mais branda foi essencial para superação do modelo truculento que resultou na aproximação da polícia com a comunidade.

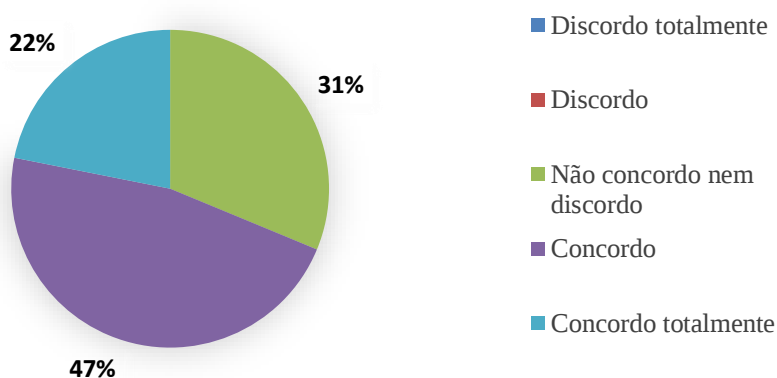
Gráfico 9. A articulação das forças de segurança pública com a população contribui para a melhoria dos índices de segurança pública?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico 9 demonstra que 66% concorda enquanto 28% concorda totalmente que a articulação das forças de segurança pública com a população contribui para a melhoria dos índices de segurança pública. Dentre os pesquisados, 6% nem concorda nem discorda desta percepção. Conforme apontou Muniz *et al.* (2018), esta articulação se dá de maneira progressiva conforme a população vai superando a resistência à aproximação da polícia.

Gráfico 10. O processo de democratização do acesso da população às estratégias de segurança atualmente contribui para trabalho policial?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico 10 aponta a perspectiva dos profissionais sobre o processo de democratização no acesso da população às estratégias de segurança pública. Do total, 47% concorda enquanto 22% concorda totalmente que este processo contribui para o trabalho policial. Já 31% não concorda nem discorda.

Conforme ressaltou Costa e Lima (2014) a democratização é o principal recurso para que esta articulação seja possível. Acerca disso, é importante ressaltar que a articulação com a comunidade permite compreender a dinâmica vivenciada em cada local e através desta se constrói políticas de segurança pública eficazes.

5 CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada ficou evidente a importância do papel do Estado na prevenção e repressão à criminalidade. A adoção de diferentes estratégias pela Polícia Militar contribui para a promoção da ordem social e manutenção da paz em sociedade. Os dados alcançados permitiram compreender que a Polícia Militar possui uma imagem menos truculenta nos dias atuais. Isto decorre da aproximação entre a polícia e a comunidade em um processo de contribuição mútua.

Por meio de uma importante filosofia de policiamento comunitário, são adotadas estratégias que favorecem uma atuação mais segura e assertiva. Embora as ações presentes no policiamento comunitário se baseiem em uma aproximação com a população, ainda é possível identificar entre os próprios profissionais uma determinada resistência. Para superar esta perspectiva é fundamental ressaltar as contribuições que podem ser obtidas através de uma relação de colaboração.

Conforme foi possível observar, a pesquisa resalta que os profissionais consideram os meios coercitivos empregados na atualidade eficazes para a prevenção e repressão à criminalidade. Além disso, o trabalho preventivo possui um importante papel por meio de condutas como a presença policial em determinados locais. O trabalho ostensivo que ocorre por meio de diferentes recursos acaba por contribuir para que as práticas criminosas possam ser efetivamente coibidas. Diante disso, é fundamental que se possa analisar de maneira mais profunda os meios essenciais que tendem a contribuir para uma melhor segurança pública visto que há uma determinada discordância entre os profissionais sobre meios coercitivos mais brandos. É essencial promover a discussão acerca desta temática com o intuito de que meios mais lesivos e truculentos não venham a emergir do passado.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. C. **Controle social:** notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia.** São Paulo: Ática, 1993. 653p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

COHEN, S.; SCULL, A. **Introduction:** Social Control in History and Sociology. In: . Social Control and the State: historical and comparative essays. Oxford: Basil Blackwell, 1985. p.1-14.

COSTA, A. T. M.; LIMA, R. S. **Segurança pública.** In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (org.). Crime, polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

DIAS NETO, Theodomiro. **Segurança urbana:** o modelo da nova prevenção. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FERNANDES, Alan. **Potencialidades do policiamento comunitário na redução do uso da força pelas polícias militares.** Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 160–177, 2021.

LIMA; Anderson Rodrigo Andrade de; COLVEIRO, Ronaldo Bernardino. **Os paradigmas e as novas perspectivas para as políticas públicas de segurança no Brasil.** REBESP v. 10, n. 2, 2017.

MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. **Os estudos policiais nas ciências sociais:** um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 84, p. 148-187, out. 2018.

NASCIMENTO, N. R. B.; NASCIMENTO, P. R. T. B. **Policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos.** Revista Eletrônica Casa de Makunaima, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 93-101, 29 ago. 2018.

OLIVEIRA, J. F. **Políticas públicas de segurança pública no Brasil:** Um olhar crítico. Revista Brasileira de Administração Pública, 47(1), 123-145. 2013.

SANTOS, Ana; OLIVEIRA, Bruno. **A prevenção da criminalidade como pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais segura.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 37, n. 110, p. 123-142, abr. 2022.

SILVESTRE, G. **Controle do crime e seus operadores:** política e segurança pública em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2018.

SINHORETTO et al. **A filtragem racial na seleção policial de suspeitos. Segurança Pública e relações raciais no Brasil.** Relatório de Pesquisa. Grupo de Estudos sobre Violência e

Administração de Conflitos/Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <http://www.gevac.ufscar.br/a-filtragem-racial-na-selecao-policia-de-suspeitos-seguranca-publica-e-relacoes-raciais-3/> Acesso em: 18 jun. 2025.

SOUZA, I. S. **Desigualdade Social e Criminalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1. Há quanto tempo está na Polícia Militar do Estado de Goiás?

() Menos de 5 anos

() 5 a 10 anos

() 11 a 15 anos

() 16 a 20 anos

() Mais de 20 anos

2. Apesar do tempo decorrido do regime militar, em sua opinião, a Polícia Militar ainda é considerada uma força de segurança truçlenta nos dias atuais?

() Sim

() Não

3. Tendo em vista a filosofia de policiamento comunitário que surgiu nos últimos anos, o sr(a) considera a aproximação da Polícia Militar com a comunidade uma estratégia eficaz na prevenção e repressão da criminalidade?

() Sim

() Não

4. Nos dias atuais, ainda é possível identificar entre os profissionais uma certa resistência na aproximação com a comunidade?

() Sim

() Não

5. De acordo com sua opinião os recursos coercitivos que ocasionalmente são empregados pelo Estado, nos dias atuais, são eficazes na obtenção da ordem social?

() Sim

() Não

6. Em seu entendimento, o trabalho preventivo realizado pela Polícia Militar tem atendido as expectativa da população?

() Sim

☐ Não

7. O trabalho ostensivo que se dá pela presença policial e outros recursos inerentes a este modelo de atuação tem apresentados resultados positivos?

☐ Sim

☐ Não

8. Em sua opinião, uma atuação menos lesiva e mais branda pode contribuir para a eficácia das ações policiais?

☐ Sim

☐ Não

9. A articulação das forças de segurança pública com a população contribui para a melhoria dos índices de segurança pública?

☐ Sim

☐ Não

10. O processo de democratização do acesso da população às estratégias de segurança atualmente contribuem para trabalho policial?

☐ Sim

☐ Não